

O MARECHAL JOSÉ PESSOA E SUA IMPORTÂNCIA PARA A ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS E PARA A CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA

*Amanda Daer Tavares,
Camila Caires de Almeida Alves Siqueira,
Edilânea Flávia Costa,
Eduarda Antônia Júlio Garcia,
Jackeline Cristina Kühl de Souza,
Luísa Cintra Estorílio,
Maria Eduarda Antunes Aragão,
Maria Luísa Nascimento Uchoas,
Marina Brebianca Cirino Pereira,
Nicole Baez Schneiders¹
Mariana Schatzman²*

Iniciamos este artigo com uma pergunta ao leitor e à leitora: quando você pensa na construção de Brasília, quais nomes de personalidades vem à sua mente?

Se respondeu Juscelino Kubitschek, Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, você, assim como a maioria da população brasileira, desconhece o papel desempenhado por outras pessoas na concretização do chamado “Plano Piloto”, como o engenheiro estrutural Joaquim Maria Moreira Cardozo e o Marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque. Ao primeiro coube a missão de realizar os cálculos das estruturas, em concreto armado, dos principais prédios da capital federal. O segundo, por sua vez, presidiu a comissão técnica responsável pela escolha do sítio onde foi construída Brasília, pelo primeiro plano-piloto oficial e pelos primeiros projetos de infraestrutura da capital federal.

No segundo semestre de 2019, para divulgar a importância do Marechal José Pessoa na escolha do local e na construção de Brasília, a Diretoria de Ensino Preparatório e Assistencial (DEPA) lançou um Concurso Literário para os discentes dos Colégios Militares. Os alunos, de forma voluntária, deveriam escrever um artigo sobre a vida e a obra do militar mencionado anteriormente.

Na 1ª série do Ensino Médio, do Colégio Militar de Curitiba, dez alunas se interessaram pelo trabalho de pesquisa acerca do Marechal José Pessoa. Sob a orientação da professora de História Mariana Schatzmam, tais discentes, divididas em duas equipes de trabalho, leram artigos e várias páginas de livros, de dissertações de mestrado e de uma tese de doutorado.

1 Alunas do 1º ano do Ensino Médio no Colégio militar de Curitiba

2 Professora de História no Colégio militar de Curitiba

Revista Kur'yt'yba - 2020

Cada equipe escreveu o seu próprio artigo, mas nenhum dos dois foi selecionado para representar o Colégio Militar de Curitiba (CMC) no concurso proposto pela DEPA. Todavia, a professora Mariana Schatzmam, com o objetivo de recompensar o trabalho das suas discentes e estimular a prática da pesquisa científica no âmbito do CMC, resolveu fundir os dois artigos elaborados pelas alunas num só trabalho, que agora expomos nesta Revista.

José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque nasceu no Município de Cabaceiras, Paraíba, em 12 de dezembro de 1885. Seu tio Epiácio Pessoa foi Presidente do Brasil entre 1919 e 1922. E seu irmão João Pessoa foi eleito governador da Paraíba e acabou sendo assassinado, em julho de 1930, fato esse considerado como o estopim da Revolução de 30.

Nosso personagem ingressou em 1903 na Escola Preparatória e de Tática do Realengo, no Rio de Janeiro, onde adotou o nome de guerra “José Pessoa”. Em 1904, a sua instituição de ensino foi fundida com a Escola Militar do Brasil, conhecida como Escola Militar da Praia Vermelha e os alunos foram transferidos para a capital do Rio Grande do Sul.

Em janeiro de 1909, José Pessoa era um egresso da Escola Militar e portava a patente de Alferes, hoje correspondente ao posto de Aspirante-a-oficial.

Em 1916, durante a Primeira Guerra Mundial, o 1º Tenente José Pessoa partiu para a França como membro de uma Missão Militar brasileira. Ele estagiou na Academia Militar de Saint-Cyr, onde pôde estudar sobre a utilização e as táticas relacionadas a uma novidade: o tanque de guerra, também chamado de carro de combate.

José Pessoa acabou sendo recrutado, pelo Exército Francês, para comandar um pelotão de carros de assalto de um regimento da Cavalaria francesa e, em seguida, para liderar um pelotão de soldados de origem turca da mesma ordem ou regimento militar.

Na guerra, José Pessoa contraiu tifo e foi obrigado a deixar o conflito militar. Transferido para um hospital na França, conheceu uma jovem enfermeira inglesa, voluntária da Cruz Vermelha: Blanche Mary Edward. Eles se casaram em 1918 e, depois da realização de um curso na Escola de Carros de Versalhes, o 1º Tenente José Pessoa e sua esposa vieram para o Brasil em 1920.

A cultura dos oficiais franceses e a bravura dos soldados turcos chamaram a atenção de José Pessoa. Segundo MARTINO (2001, p. 74), ele

Revista Kur'yt'yba - 2020

voltaria da guerra com esse duplo exemplo, e com a visão exata da difícil missão do militar: formar-se para ser, em tempos de paz, um cavalheiro, dotado de cultura geral condizente com seu papel social, e, em tempos de guerra, eficiente frente aos seus horrores.

Promovido, em janeiro de 1919, ao posto de Capitão por atos de bravura em combate, José Pessoa idealizou a doutrina dos carros de combate e convenceu comandantes militares da necessidade de blindados no país. Ele lançou o primeiro livro sobre blindados na América Latina e, ao participar de uma missão de compra de material bélico na Europa, trouxe ao Brasil os primeiros carros de assalto da América do Sul. José Pessoa foi comandante da primeira unidade de tanques de guerra do subcontinente: a Companhia de Carros de Assalto, criada em 1921 na cidade do Rio de Janeiro.

Com o assassinato do seu irmão João Pessoa, em julho de 1930, o então Coronel José Pessoa participou ativamente da Revolução decorrente. A ele coube comandar a tropa que cercou, depôs o Presidente Washington Luís e ocupou o Palácio Guanabara.

Getúlio Vargas, ao assumir o governo, pediu ao seu Ministro da Guerra, General Leite de Castro, que indicasse para o comando da Escola Militar alguém que aceitasse e cumprisse a missão de reformular o currículo de formação dos novos oficiais, em consonância com os valores e ideais defendidos pela Revolução de 30.

O Coronel José Pessoa foi o indicado para o comando da Escola Militar, que estava funcionando em Realengo, no Rio de Janeiro, desde 1913. A morte do seu irmão e seu significado político, e o papel de José Pessoa na Revolução de 30 influenciaram, obviamente, a sua indicação. Porém, José Pessoa tinha, no seu currículo, o conhecimento apreendido não só na sala de aula das escolas militares da França, mas aquele decorrente da sua experiência no campo de batalha, durante a Primeira Guerra.

No comando da Escola Militar, José Pessoa sentia a falta de certas tradições militares europeias. Nessa linha, rebatizou o antigo “Corpo de Alunos” como “Corpo de Cadetes”, criou um estandarte para o mesmo, um novo uniforme, o porte do espadachim de Caxias para os formandos e um brasão para a Escola Militar. Além disso, defendeu a transferência da instituição de ensino. Num dos relatórios a seus superiores hierárquicos, reclamou de Realengo nos seguintes termos:

Revista Kur'yt'yba - 2020

Ali tudo é impróprio à formação do corpo de oficiais. O clima é exaustivo; os campos empantanados facilitam a proliferação de mosquitos e, pois, os surtos de impaludismo; a paisagem, por toda a parte, é cansativa e monótona; (...) E pela localização dentro da capital federal, ainda está sujeita a ser presa de agitações políticas.” (CASTRO, 1994, p. 237 apud VIANA, 2009, p.49).

A preocupação com a localização da Escola Militar levou José Pessoa a se interessar por estudos relativos a solo, topografia, clima e condições sanitárias. E isso tudo o ajudaria, mais tarde, na pesquisa do sítio ideal para a construção de Brasília.

Antes de deixar o comando da Escola Militar de Realengo, em 1934, por um desentendimento com o Ministro da Guerra Góis Monteiro, José Pessoa, já no posto de General, foi nomeado presidente da Comissão Executiva da Nova Escola Militar. Essa comissão ficou responsável pelos estudos técnicos necessários para a aprovação, ou não, da construção da nova sede da Escola Militar na cidade de Resende, Estado do Rio de Janeiro.

Havia um terreno, em Resende, que serviu como quartel-general das forças legalistas contra a Revolução Constitucionalista de 1932. Getúlio Vargas havia prometido, ao Coronel José Pessoa, a construção da nova sede da Escola Militar naquele local.

Dez anos se passaram até que a nova escola fosse inaugurada e sob o nome de “Escola Militar de Resende”, o que desagradou José Pessoa. Em 1952, o Presidente Getúlio Vargas, no seu segundo mandato, rebatizou a escola a pedido de José Pessoa e com o nome que esse havia idealizado: Academia Militar das Agulhas Negras. Pois Resende se localiza entre o Maciço das Agulhas Negras e a Serra da Mantiqueira.

Em 1949, e no posto de General-de-Exército, José Pessoa foi para a reserva após 40 anos de oficialato. Já em 1954, aos 71 anos, foi convidado pelo presidente Café Filho para presidir a Comissão de Localização da Nova Capital Federal por ser um estudioso do tema e por escrever artigos sobre geopolítica desde 1931.

A ideia de transferir a capital do Brasil para o interior foi defendida pela primeira vez pelo Marquês de Pombal, Primeiro Ministro de Portugal, em 1751. Ele estava preocupado, na época, com as fronteiras ocidentais do país e com possíveis invasões espanholas.

A primeira Constituição republicana, promulgada em 24 de Fevereiro de 1891, determinou que a capital do Brasil seria finalmente transferida. Nesse sentido, no Artigo Terceiro da Carta Magna, uma emenda, do senador Virgílio Damásio e do deputado Lauro Muller, determinou a federalização de uma área de 14.400 quilômetros quadrados no Planalto Central.

Revista Kur'yt'yba - 2020

Em maio de 1892, foi eleito como Presidente da República o Marechal Floriano Peixoto que instituiu, no mesmo mês, a Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, chefiada pelo engenheiro e astrônomo belga Louis Cruls, até então diretor do laboratório astronômico do Rio de Janeiro.

A Comissão de Crus tinha a missão de estudar e demarcar a área da nova capital. E, em 1893, o mapa político do Brasil passou a conter um retângulo pontilhado, onde estava escrito “futuro Distrito Federal”. Esse retângulo, reproduzido em todo atlas escolar, ficou conhecido como “Quadrilátero Cruls”.

Em 1946, uma nova Constituição reativou o tema da transferência da capital. O então Presidente da República, Eurico Gaspar Dutra, era favorável à transferência pela vulnerabilidade do Rio de Janeiro durante a 2ª Guerra Mundial e pela necessidade de povoamento e desenvolvimento econômico da região central do país. O Presidente Dutra nomeou, então, uma comissão, formada por funcionários públicos, sob a liderança do Marechal Djalma Polli Coelho, para tirarem do papel o projeto que estava estagnado há mais de cinquenta anos.

A comissão nomeada por Dutra organizou expedições de pesquisa para explorarem o chamado “Quadrilátero de Cruls” e o Triângulo Mineiro. À época da Assembleia Constituinte de 1946, o deputado federal Juscelino Kubistchek havia defendido a transferência da capital federal para Minas Gerais e sua sugestão foi levada em conta pela Comissão de Estudos para a Localização da Nova Capital do País.

O relatório final da Comissão foi encaminhado ao Congresso Nacional em 1948. Esse documento ampliava e, muito, a área indicada para a construção no novo Distrito Federal. Mas foi apenas em 1953 que o Congresso Nacional aprovou uma lei embasada nos estudos da Comissão Polli-Coelho. A área de 77.254 quilômetros quadrados foi reduzida para um retângulo de 52.000 quilômetros quadrados. O Projeto de Lei Nº 1803, por meio do seu Artigo 1º, decretou que:

É o Poder Executivo autorizado a mandar proceder, como achar conveniente, na região do Planalto Central, compreendida entre os paralelos sul 15° 30' e 17° e os meridianos a W. Gr. 46° 30' e 49° 30', aos estudos definitivos para a escolha do sítio da nova Capital Federal, que deverão ficar concluídos dentro de 3 (três) anos. (LEI Nº 1803, de 5 de janeiro de 1953).

Revista Kur'yt'yba - 2020

Em razão do projeto de lei aprovado pelos parlamentares, Getúlio Vargas criou a Comissão de Localização da Nova Capital Federal, cuja presidência foi entregue ao general de Exército Aginaldo Caiado e Castro.

Natural de Goiás e chefe da Casa Militar do Presidente Vargas, o general Caiado coordenou o início do levantamento aerofotogramético do “Retângulo do Congresso”, nome dado à área definida pela Lei nº 1803 de 5 de janeiro de 1953.

Em agosto de 1954, Vargas faleceu e seu sucessor, Café Filho, nomeou José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque para presidir a Comissão citada anteriormente, mas rebatizada de “Comissão de Planejamento da Construção e da Mudança da Capital Federal”. José Pessoa era, nesse momento, Marechal – posto alcançado em janeiro de 1953 devido a sua participação, no campo de batalha, na Primeira Guerra.

A Comissão, presidida pelo Marechal José Pessoa desde outubro de 1954, contratou duas empresas para auxiliá-la com dados técnicos mais específicos. A primeira, Cruzeiro do Sul, deveria continuar e completar o levantamento aerofotogramétrico da área do “Retângulo do Congresso”. Já a empresa norte-americana Donald J. Belcher and Associates deveria interpretar o material fornecido pela Cruzeiro do Sul e indicar os cinco melhores sítios para a instalação da nova capital federal. Foi o próprio Marechal Pessoa que pediu a indicação de mais de um lugar, por precaução e para possibilitar um relatório comparativo.

O Marechal José Pessoa viajou, em fevereiro de 1955, ao Planalto Central para conhecer de perto cada um dos cinco locais selecionados pela empresa estadunidense. O relatório desta última e as observações do próprio Marechal José Pessoa levaram a Comissão a anunciar, no dia 15 de abril de 1955, que o local escolhido foi o “Sítio Castanho”. No mapa constante do “Relatório Belcher”, cada um dos cinco sítios era representado por uma determinada cor.

A escolha do “Sítio Castanho” obedeceu a diversos critérios como abastecimento de água, topografia, clima e salubridade. E após a escolha do local, o Marechal José Pessoa procurou o Presidente da República para que ele assinasse um decreto de utilidade pública, desapropriando toda a área correspondente ao “Sítio Castanho”. O Marechal argumentou que, com o início das obras da nova capital do Brasil, haveria uma desenfreada especulação imobiliária na região.

Café Filho não atendeu à solicitação do Marechal José Pessoa. Mas a desapropriação foi concretizada em 30 de abril de 1955, por meio de decreto assinado pelo governador de Goiás

Revista Kur'yt'yba - 2020

José Ludovico de Almeida. O governador sabia que seu Estado seria o maior beneficiário da transferência da capital federal. Pois nele se localizaria o centro administrativo do país e, por isso, um sistema aéreo e outro rodoviário conectariam Goiás a todas as unidades federativas.

Após a escolha do “Sítio Castanho”, a Comissão promoveu novos estudos que culminaram no relatório “Nova Metrópole do Brasil”. Segundo TAVARES (2004, p.74), o relatório foi fruto de “um levantamento minucioso da área escolhida lançando algumas diretrizes urbanísticas para a sua ocupação”.

No relatório, o Marechal José Pessoa sugeriu o nome de “Vera Cruz” para a nova capital do Brasil. Segundo CÂMARA (2012, p. 40), tal sugestão deriva da “proposta de eixos ortogonais, como desenho geral da capital, a lembrar uma cruz, como capital de um país de predominante população cristã”. Já o Presidente Juscelino Kubitschek supunha que tal

denominação se vincule, de alguma forma, a outra iniciativa do Marechal, relacionada com a sua formação religiosa. Trata -se da ereção de uma cruz de madeira no denominado Sítio Castanho - o local mais alto de Brasília -, onde se encontra desde maio de 1955, e, hoje, é conhecida como Cruzeiro. Essa cruz constitui a verdadeira pedra fundamental da cidade. É, sem dúvida, seu marco histórico (...) (KUBITSCHKEK, 2000, p.32-33).

O nome sugerido pelo Marechal José Pessoa não foi o escolhido. Porém, foi a Comissão presidida por ele que definiu o sítio de construção de Brasília, assim como orientou, com seus estudos, projetos e o relatório “Nova Metrópole do Brasil”, os planos de infraestrutura e os projetos urbanísticos que foram concretizados posteriormente na capital federal. Além disso, do referido relatório “(...) resultariam o primeiro plano-piloto oficial para a Nova Capital (...); o plano de energia hidroelétrica (...) e os primeiros estudos de águas e dos coletores gerais dos esgotos do sítio (...)” (TAVARES, 2004, p.74).

Ainda segundo TAVARES (2004, p. 75), quando JK assumiu a presidência da República, o sítio escolhido para a construção de Brasília “(...) já dispunha de plano urbanístico e de infraestrutura (água, esgoto, drenagem, energia elétrica e de comunicações viárias), (...) (e) grande parte das terras que seria destinada à Nova Capital já se encontrava desapropriada.”

CÂMARA (2012, p.40-41), por sua vez, faz questão de relatar a importância dos “eixos ortogonais” propostos pelo Marechal José Pessoa, e todo o trabalho, desenvolvido dentro da Comissão e exposto no seu relatório final, do arquiteto Raul Penna Firme. Foram ideias de Penna Firme as:

Revista Kur'yt'yba - 2020

(...) super-quadras – descritas com detalhes (no relatório) com todas as dimensões, funções sociais e econômicas, dentre essas, transporte e comércio entre quadras; os anéis rodoviários e as “tesourinhas” (...) vias de apoio conhecidas como “eixinhos”; os setores urbanos definidos por funções de cada um etc.; e a reunião dos três poderes em uma só área.

No final de maio de 1956, após uma divergência com o Presidente Juscelino Kubitschek acerca do planejamento e controle do crescimento da nova cidade, o Marechal José Pessoa foi exonerado da chefia da Comissão. E em 16 de agosto de 1959, sete meses antes da inauguração de Brasília, o Marechal José Pessoa faleceu no Rio de Janeiro.

As autoras deste artigo esperam ter demonstrado a contribuição do Marechal José Pessoa para a construção da Academia Militar das Agulhas Negras, em Resende, e, principalmente, para a construção de Brasília. Pois nosso Distrito Federal não foi obra apenas de um Presidente da República e de dois renomados arquitetos. E estas alunas, do Colégio Militar de Curitiba, deixam ao leitor as seguintes sugestões: que tal pesquisar sobre o arquiteto Penna Firme ou sobre Joaquim Cardozo, engenheiro que “calculou” Brasília?

REFERÊNCIAS

BRITO, Jusselma Duarte de. **De Plano Piloto a metrópole:** a mancha urbana de Brasília. 2009. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, 2009. p. 63-64. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/3970>. Acesso em: 2 out. 2019.

CÂMARA, Hiram de Freitas. **Marechal José Pessôa:** a força de um ideal. 2. rev. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2011. p. 7-11; p. 56-79.

CÂMARA, Hiram de Freitas. Marechal José Pessôa e Brasília. **Da Cultura**, Rio de Janeiro, n. 20, p. 32-43, ago. 2012. Disponível em: http://www.funceb.org.br/images/revista/23_5o3r.pdf. Acesso em: 2 out. 2019.

JOSÉ PESSOA. In: DICIONÁRIO Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/jose_pessoa. Acesso em: 6 set. 2020.

KUBITSCHKEK, Juscelino. **Por que construí Brasília.** Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000. p. 27-33. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/1039>. Acesso em: 2 out. 2019.

MARTINO, Marcio Constantino. **O ensino de geometria na formação do oficial do Exército Brasileiro.** 2001. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação,

Revista Kur'yt'yba - 2020

Universidade Estadual de Campinas, 2001. p. 73-77. Disponível em <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/251481>. Acesso em: 2. out. 2019.

TAVARES, Jeferson C. **Projetos para Brasília e a cultura urbanística nacional**. 2004. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2004. p. 73-75. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18131/tde-23092008-111353/pt-br.php>. Acesso em: 2 out. 2019.

VIANA, Claudius Gomes de Aragão. Realengo e a Escola Militar: um estudo sobre memória e patrimônio urbano. **Revista Mosaico**, v. 1. n. 2, p. 39-59, 2009. p. 49. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/mosaico/article/view/62784/61949>. Acesso em: 2. out. 2019.